



Apresentação

Dossiê “Discurso, memória e migrações”

Ida Lucia Machado

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte. Minas Gerais / Brasil
idaluz@hotmail.fr

<https://orcid.org/0000-0003-1550-9523>

Glaucia Muniz Proença Lara

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte. Minas Gerais / Brasil
gmplara@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-3813-1850>

Béatrice Turpin

Université de Cergy-Pontoise, Cergy-Pontoise / França
beatrice.turpin@free.fr

<https://orcid.org/0000-0003-3659-6603>

Para os integrantes do Núcleo de Análise do Discurso – NAD da FALE/UFMG, o termo “discurso” é ligado às interpretações ou, mais precisamente, às análises feitas por diferentes pesquisadores, dentro da disciplina que se convencionou chamar Análise do Discurso (abreviadamente, AD). Mas, desde a fundação do NAD, cujas atividades remontam há mais de 25 anos, sempre levamos em conta que não há uma única metodologia de AD, mas sim várias. Ainda que o NAD conte com a presença e a influência marcante de Patrick Charaudeau e de sua teoria Semiolinguística em seus primeiros 10 anos de funcionamento, consideramos, como ele, que todas as teorias que trabalham o discurso no âmbito da Linguística são boas e devem ser respeitadas. Não existe no NAD uma vertente que despreze esta ou aquela teoria. Isso tem contribuído bastante para o crescimento do Núcleo e, sobretudo, para a

efetivação de um dos principais objetivos que propusemos em nossos dois projetos aprovados pelo Programa CAPES/COFECUB (1994/1998; 2000/2004): transformar a Faculdade de Letras da UFMG em um polo de importância para o ensino e difusão da AD, no país e fora dele. Esse é um dos motivos de orgulho dos membros do NAD: a AD (ou, mais especificamente, as ADs) que praticamos e divulgamos por meio do referido Núcleo e de nossa pós-graduação em Estudos Linguísticos tornou-se bastante forte não só em Minas Gerais, mas também em vários outros estados do Brasil e é muito bem vista pelos nossos colegas franceses, portugueses e latino-americanos.

Estamos conscientes de ter tomado uma posição um tanto quanto ousada ao sugerir um dossiê para a *Revista de Estudos da Linguagem* da FALE/UFMG que contemplasse três pontos nevrálgicos dos fenômenos sociais nos dias de hoje: discursos, memórias e migrações. Os três pontos geralmente imbricam-se, mas podem também dar origem a estudos que privilegiem mais um ponto do que outro. Nossa ideia de base foi, então, a de sugerir a nossos colegas, autores dos artigos que compõem este dossiê, que, ao submeter seus trabalhos à revista, tomassem os três elementos citados em sua conjugação, continuidade ou descontinuidade.

Talvez o leitor sinta falta da menção explícita de uma dada teoria da AD em algumas das contribuições que apresentaremos mais adiante. No entanto, pedimos-lhe para considerar que o trabalho teórico de leitura/interpretação – próprio da AD em seu todo – está inserido em cada um dos artigos, mesmo que nas entrelinhas.

Antes de passar à apresentação desses trabalhos, gostaríamos de aqui deixar nossas considerações sobre os pontos que destacamos para constituir o dossiê em pauta. Começamos pelo “discurso” ou, mais especificamente, pela “Análise do Discurso”. Trata-se de uma teoria interdisciplinar e, por isso mesmo, suscetível de convocar diferentes conceitos vindos de outras disciplinas. Ao considerar que os estudos e interpretações analítico-discursivas não podem ser monolíticos, fechados em uma única disciplina, postulamos que eles são atravessados ou se deixam atravessar, de modo consciente ou não – para o sujeito-enunciador ou para aquele que toma a palavra em determinado discurso – por uma multidão de signos e conceitos provenientes de outros lugares, para além daqueles postulados pelas Ciências da Linguagem. Os textos que interpretamos, enquanto analistas de discursos, carregam, pois, um dialogismo de base que faz com que busquemos, muitas vezes, opiniões

partilhadas por outras disciplinas e entre elas, aquelas vindas das Ciências Humanas, como a História, a Filosofia, a Sociologia e a Antropologia, entre outras.

Dentro desse modo de conceber a AD, não podemos deixar de citar aqui parte de um dos escritos de Charaudeau, que enfatiza, justamente, essa “reunião e troca de saberes” que julgamos essenciais em todas as análises que tomam o discurso como seu objeto de estudo. Assim, ao discorrer sobre a interdisciplinaridade, o teórico chega à seguinte conclusão:

Mas penso, aqui, mais na necessidade de usar uma abordagem dialógica (intertextual ou interdiscursiva) para interpretar os resultados de certas análises de discurso. Por exemplo, quando analisamos um *corpus* composto de textos políticos, não podemos fazê-lo sem recorrer aos escritos da filosofia política [...]. Outro exemplo: quando analisamos a maneira pela qual as mídias transmitem os conflitos armados ou as controvérsias sociais, [sentimos] a necessidade de buscar em outros escritos os imaginários que circulam, como no caso de guerras, da bioética, da laicidade etc. O movimento, aqui, é o de observação, de comparação [...], cuja pertinência depende das escolhas do sujeito analisante, em um trabalho interpretativo e de natureza subjetiva. Mas tal trabalho é a condição para a produção de uma interpretação que consiste, segundo o princípio hermenêutico, em destacar o que está escondido, o que é invisível à observação empírica. Essa é a função crítica de qualquer análise das ciências humanas e sociais, função não restrita a uma única teoria em particular. (CHARAUDEAU, 2013, p. 39-40)

O pesquisador que se interessa por discursos sabe que o importante na interdisciplinaridade reside no fato de se observar como um conceito, uma noção que parece ter nascido na AD é, na verdade, algo já utilizado em outras disciplinas e procurar entender/identificar/explicar esse jogo de empréstimos e reutilizações, pois, “qualquer uso de noções ou hipóteses vindos de uma outra disciplina sem questionamentos pode gerar críticas recíprocas” como o afirma Charaudeau (2013, p. 42). Em suma: empréstimos/trocas sim; mas desde que sejam explicadas as suas origens e sua imbricação com a AD.

Em outras palavras, ao sugerir o termo “discurso” como um dos elementos do dossiê em pauta, buscamos enfatizar como ele recobre,

nos dias atuais, uma vasta gama de teorias diferentes, cada uma delas, é claro, com suas especificidades. Assim, o que tínhamos em mente seria oferecer ao leitor um panorama diversificado do modo pelo qual alguns autores (no Brasil e em outros países, como França e Colômbia) observam e analisam diferentes discursos, cada um deles recorrendo a diferentes categorias e metodologias mas, tendo como ponto comum o debruçar-se sobre o discurso como objeto de averiguação e estudo.

Mas, afinal, o que seria o “discurso”? Sem a pretensão de esgotar a definição de um objeto tão complexo como esse, podemos apontar algumas de suas características, de acordo com Maingueneau (2001, p. 169-172). Segundo ele, a) o discurso é uma organização situada para além do frase, o que significa que ele mobiliza estruturas de uma outra ordem que as da frase; b) o discurso é uma forma de ação sobre o outro e não uma mera representação do mundo; c) o discurso é, fundamentalmente, dialógico, ou seja, é uma “troca” entre parceiros, sejam eles virtuais ou reais. Nesse sentido, toda enunciação é marcada por uma interatividade constitutiva; d) o discurso é contextualizado, não sendo possível atribuir-lhe um sentido fora do contexto em que é produzido e no qual intervém; e) o discurso é assumido por um sujeito, um EU que se coloca como fonte de referências pessoais, temporais e espaciais e, ao mesmo tempo, assume atitudes em relação ao que diz e em relação a seu coenunciador (questões ligadas à modalização), não sendo, porém, o senhor de sua fala, que é regulada pelo dispositivo comunicativo de onde ela provém; f) o discurso, como todo comportamento, é regido por normas; g) o discurso só adquire sentido na sua relação com outro(s) discurso(s), isto é, ele se inscreve no bojo do interdiscurso, não devendo ser tomado de forma isolada, como um todo fechado em si mesmo.

Assim, os discursos produzidos em um dado grupo social são o produto de atores histórico-sociais que se dirigem a outros atores histórico-sociais. A AD volta-se, pois, para a problemática da alteridade: o sujeito só fala e só se define quando se dirige a um outro. Nesse sentido, podemos falar de um “contrato de comunicação” que rege as relações que se instauram entre os parceiros da troca discursiva. Mas a comunicação só se produzirá – é preciso destacar – se esses parceiros compartilharem o mesmo sistema de valores, o que faz com que essa AD, tomada em sentido amplo ou assumida no plural (ADs), busque identificar, nos textos que examina, as forma de representação desse saber comum. A(s) AD(s) situa(m)-se, pois, numa problemática do reconhecimento, ou seja,

a de identificar as marcas enunciativas da superfície dos textos para, a partir delas, retirar interpretações sobre os sistemas de significação (os discursos) que são subjacentes a esses índices.

Vejamos agora o segundo elemento dos três que propusemos. A “memória” implica tempo, temporalidade. Como explicar tal noção? Para Ricœur (*apud* GRONDIN, 2016, p. 100), o tempo reenvia à narrativa e esta reenvia ao tempo; há uma circularidade em torno desses dois elementos, ou seja: “O tempo torna-se um tempo humano quando é articulado de maneira narrativa, e a narrativa torna-se significativa na medida em que ela desenha os traços de nossa aventura temporal” (*ib.*).

E esse recuo no tempo, que todo pesquisador toma ao escrever um artigo, é gerenciado pelo recurso à memória: memória dos livros já lidos, memória dos estudos já feitos. E quando o pesquisador, enquanto autor, escreve sobre um outro, ele se torna, de certa maneira, “dono” do modo de pensar desse outro quando descreve e narra suas ações ou os acontecimentos que pontuaram a vida desse terceiro. Mas, no âmbito da AD, ao unir discurso e memória, como bem o lembram três pesquisadores dos estudos discursivos:

[...] desde Courtine (1981), não se trata de retomar o trabalho do historiador para “recontar” a história. A pesquisa em Análise do Discurso, tanto para esse autor quanto para Michel Pêcheux, é um empreendimento que se faz ao lado da história, orientando-se, contudo, para um outro caminho: o discurso – aspectos situacionais de sua emergência, a configuração e efeitos possíveis dos gêneros, os sujeitos e suas intencionalidades, e as estratégias de encenação discursiva. Essa corresponde também à perspectiva semiolinguística, de Patrick Charaudeau, para quem a memória discursiva pode ser percebida em três dimensões: uma *memória de situações* – ritual religioso, escrita jornalística, eleições municipais etc.; uma *memória de signos* – signos verbais e não verbais em uso na comunicação cotidiana; uma *memória de discursos* – os discursos sociais efetivamente circulantes e compartilhados numa determinada época e local. (MENEZES; FLAUSINO; MARQUES MENEZES, 2015, p. 25)

Os referidos autores enfatizam também que a memória não deve ser vista como um acesso que sinaliza a “essência do acontecido, mas traços e flashes que nos permitem perceber interações entre objetos distintos, pois, mesmo os semelhantes, serão outros no tempo e no espaço”

(MENEZES *et al.*, 2015, p. 25), opinião com a qual concordamos. A memória não é uma ponte direta para o que absorvemos ou vivenciamos. Ela toma, por vezes, desvios inesperados.

A memória, aliás, tem sido objeto de inúmeros estudos nesses últimos vinte anos pelo que pudemos observar. Como ela age? Onde ela se situa? Eis algumas questões que têm feito parte de pesquisas não somente de analistas de discurso, mas também de neurologistas e filósofos, entre outros. Assim, Chapouthier (2014), em um de seus vários escritos sobre o assunto, explica que há memórias e memórias. Algumas inconscientes, outras implícitas ou procedurais, conforme o contexto vital daqueles que as utilizam.

Entre as procedurais, ele menciona os hábitos decorrentes de um estímulo, os condicionamentos que adquirimos (andar de bicicleta, digitar etc.). E entre as memórias declarativas – que interessam mais de perto aos pesquisadores de AD –, a memória semântica (a que nos leva a aprender/memorizar várias regras de comportamentos sociais); a memória episódica – que é a que chamamos comumente de “memória”, ou seja, a que nos advém com a lembrança de certos fatos do passado. E, finalmente, o neuro-filósofo cita a memória autobiográfica, que, segundo ele, “permite, ao longo de nossas vidas, nos lembrarmos de quem somos. Ela nos dá uma identidade individual ao longo do tempo e combina elementos semânticos com episódicos”. (CHAPOUTHIER, 2014, p. 37, tradução nossa).

Chegamos, finalmente, ao terceiro (sub)tema: o fenômeno social (e universal) das migrações. Como já se sabe há grupos de seres humanos que relutam em sair do lugar onde nasceram e cresceram. Sentem-se mal, inseguros, fora de casa e mesmo de seus bairros, de suas cidades, de seus países. Contrariamente a eles, existem aqueles que são, por natureza, nômades: citemos entre eles, os ciganos, os peregrinos, os vendedores ou viajantes comerciais, os turistas (mais ou menos afortunados) etc.

No entanto, nos últimos tempos (desde a Segunda Guerra Mundial) assistimos ao deslocamento de populações inteiras como a dos sobreviventes da *Shoah* que fundaram um Estado (Israel). Mas, antes deles, na Idade Média europeia vários grupos também migravam para escapar a perseguições várias e a epidemias (fome, peste). Avançando um pouco no tempo, o século XVI assistiu à descoberta de novos mundos, empreendida sobretudo por navegadores portugueses, italianos e espanhóis. Evidentemente, isso motivou grandes deslocamentos de

populações que fundaram novos Estados, como os ingleses na América do Norte, os portugueses no Brasil etc.

Nos dias de hoje, presenciamos outra leva de grupos que buscam atingir a Europa, que se sente mais ou menos incomodada, mais ou menos clemente com essas chegadas em massa de seres humanos que fogem das lutas e da miséria em seus países de origem. Vários migrantes subsaharianos já morreram ao largo da ilha de Lampedusa na Itália: entre eles, jovens, mulheres, crianças... Há muitas crises que agitam o planeta, vindas de países em guerra (como a Síria), de povos perseguidos (como os Curdos), sobreviventes de conflitos e governos como os muitos que há na África. No Brasil, lembramos a recente migração em massa de venezuelanos que sofrem os efeitos do regime ditatorial iniciado, em seu país, por Hugo Chávez e intensificado por Nicolás Maduro.

Esses aspectos são mais do que suficientes para atestar que temos visto, nos últimos anos, um recrudescimento da chamada “migração de crise” (CLOCHARD, 2007) como reflexo de uma série de guerras e crises econômicas, sociais, políticas e étnicas que assolam o planeta. Assistimos, assim, a uma mobilidade de grandeza jamais vista que, com suas especificidades e contradições, “reformata” o nosso mundo, causando-nos perplexidade como fenômeno ainda não completamente compreensível. Se as motivações que levam a esses deslocamentos podem interessar-nos como seres humanos e pesquisadores, também os movimentos contrários à mobilidade devem chamar nossa atenção, na medida em que eles geram reflexões, de um lado, em torno dos direitos humanos e, de outro, acerca dos discursos nacionalistas e xenófobos.

Nessa perspectiva, muitos pesquisadores, de diferentes áreas (Ciências Políticas, História, Sociologia, Antropologia e, claro, AD), têm desenvolvido trabalhos relevantes sobre o fenômeno mundial das migrações, explorando aspectos que vão de suas causas e consequências aos discursos (favoráveis ou desfavoráveis) que ele engendra, entre tantos outros aspectos passíveis de ser estudados.

Sabendo, pois, que a situação política, econômica e/ou cultural é um fator determinante para o deslocamento, parece-nos normal que jovens ou grupos de jovens se mobilizem e mudem de seus países de origem nos dias de hoje, realizando uma moderna Odisseia, se pensarmos no modelo clássico do mitológico Ulysses. Mas, além das migrações que constituem as notícias de destaque nas mídias, existem outras, mais dissimuladas, como a de grupos que vivem em determinado local de uma

cidade e que “são convidados” por autoridades em nome do progresso (construção de edifícios, de shoppings etc.) a se mudarem, a realizar uma espécie de deslocamento em nome desse progresso imobiliário.

Enfim, reunindo os três conceitos: discurso, memória e migrações, tentamos organizar um pequeno painel que possa mostrar os pensamentos e ideias de diferentes colegas sobre a questão.

Cabe-nos ainda dizer que este dossiê surgiu como um dos resultados das *Cátedras Franco-Brasileiras da UFMG*. Em 2018, tivemos um projeto centrado nessa mesma temática que foi contemplado pelo referido edital. Pudemos, desse modo, contar com a presença, na FALE/UFMG, da Profa. Béatrice Turpin (Universidade de Cergy-Pontoise - França) como professora convidada, tendo como anfitriã, na UFMG, a Profa. Ida Lucia Machado, com o apoio da então coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PosLin), Profa. Glaucia Muniz Proença Lara. A vinda da Profa. Béatrice Turpin resultou também em um acordo de cooperação entre a UFMG e a UCP, o que, com certeza, vem somar-se a outros esforços em busca da internacionalização de nossa Universidade.

Passemos, então, à apresentação dos artigos que compõem o dossiê. A ordem que adotamos é aleatória, dada a diversidade dos textos, dos conceitos mobilizados e das metodologias utilizadas pelos autores.

No artigo “Sentidos de ‘imigrante’ em enunciados verbovisuais no jornalismo francês”, Grenissa Bonvino Stafuzza e Marcos Lúcio de Sousa Góis analisam duas charges, publicadas no jornal francês *Le Monde* e compartilhadas pelo blog francês *GalliaWatch*, cujo tema é o episódio de salvamento de uma criança empreendido pelo imigrante malinês Mamoudou Gassama, em Paris, em maio de 2018. Tomando esses enunciados verbovisuais na perspectiva dialógica da linguagem proposta pela teoria bakhtiniana e, portanto, situando-se numa perspectiva mais ampla da Análise do Discurso, os autores buscam resgatar a memória do imigrante (re)construída pelo discurso midiático/jornalístico atual em um diálogo histórico com a relação entre a França e suas ex-colônias (no caso, Mali). Se, de um lado, o imigrante aparece como um herói ou, pelo menos, como alguém útil para a sociedade que o acolheu, permitindo a “espetacularização” política de seu ato, de outro, não se apagam os sentidos que o relacionam a um “ser menor” que, com sua situação regularizada ou não, será sempre imigrante, o que não raro está atrelado a ideias como a de clandestinidade e a de fora da lei. Assim, considerando

o que já foi enunciado sobre o imigrante e o que poderá ser ainda, o que vemos são sentidos que se deslocam de herói a criminoso, apontando para uma memória não una, mas plural, polissêmica.

Já Alexandre Marcelo Bueno em seu artigo, intitulado “Imigrantes japoneses e a língua portuguesa: um caso de preconceito linguístico”, apresenta, à luz da Semiótica Discursiva francesa, considerações de como os imigrantes asiáticos e seus descendentes no Brasil ainda sofrem preconceito linguístico. Analisando reportagens publicadas da segunda metade do século XX – revistas *O Cruzeiro* (1958) e *Realidade* (1966) – até os dias atuais – jornal *Folha de S. Paulo* (2002) – observa a constante sanção negativa que sofrem, direta ou indiretamente, imigrantes japoneses e estudantes de origem asiática em relação ao seu uso “particular” da língua portuguesa, mesmo que, por outro lado, eles sejam avaliados positivamente como trabalhadores qualificados (no passado) e como estudantes dedicados e disciplinados (no presente). Ressaltando que a língua é um dos principais elementos para a construção da identidade do indivíduo e de seu grupo social, assim como para a percepção da alteridade, o autor mostra como, a partir daí, ela (a língua) pode ser igualmente utilizada como forma de preconceito, sendo o imigrante em foco considerado como mau cumpridor de um suposto contrato estabelecido entre ele e o país que o acolheu (no caso, o Brasil): o contrato do “bom uso” da língua nacional.

Em “Memorialización y conflicto armado: la construction de narrativas para la paz en Colombia”, Neyla Graciela Pardo Abril propõe, à luz dos estudos críticos do discurso multimodal e multimidiático (ECDMM), uma reflexão e uma aplicação teórico-metodológica sobre narrativas midiáticas (*storytelling*), formuladas em *El Tiempo.com* e publicadas nas edições especiais do jornal, que se voltam para a construção da paz na Colômbia, posteriormente ao acordo com as FARC/EP. Trata-se, segundo a autora, da narrativa que as mídias produzem como caminho para a reconstrução do tecido social. No artigo apresentado, Pardo analisa, como estudo de caso, a narrativa “A qué sabe la paz”, publicada em 09/06/2017, no referido jornal, sob a responsabilidade da jornalista Perla Toro Castaño. A reflexão empreendida sob a égide dos ECDMM mostra que as memórias coletivas são práticas discursivas múltiplas, nas quais as representações sociais sobre um passado comum são usadas para construir e manter a coesão e a identidade de grupos situados sócio-historicamente em um momento presente e que projetam o

futuro pautados em marcos como direitos, dignidade, respeito e bem-estar. Nessa perspectiva, as representações sociais da história descrevem, com frequência, os conteúdos da memória coletiva como se fossem únicos e homogêneos, oficializando uma versão que não contempla, especialmente, os setores mais marginalizados da sociedade. A pesquisa apresentada baseia-se no princípio de que as mídias e seus suportes tecnológicos elaboram modos, gêneros e representações (entre eles a *storytelling*) que criam e comunicam concepções do passado. Quanto ao texto de Toro Castaño examinado, percebe-se a *storytelling* como uma narração de eventos da vida de uma pessoa, ou seja, uma narração subjetiva que, ao ser expressa e ressignificada, torna-se intersubjetiva. Assim, a história contada pela jornalista é a de Daniela Delgado Portila, tomada como “sujeito modelo”, na medida em que, superando os obstáculos próprios da realidade colombiana, torna-se, graças a seus esforços pessoais, uma empresária de sucesso na área da gastronomia, alcançando uma vida digna dentro do sistema econômico vigente (neoliberal). A construção da axiologia neoliberal se propõe e se socializa, portanto, como a condição para que a paz seja alcançada.

No artigo “Living on the edge of African dreams: New identities for African and African Diaspora Caribbean students in Brazil”, Ricardo Gualda trata dos estudantes de países africanos e do Caribe que vêm para o Brasil por intermédio do Programa PEC-G. Esses estudantes, em sua maioria (75%), já falam português em seus países de origem e, portanto, são encaminhados diretamente para as universidades onde farão seus estudos de graduação em um período de, pelo menos, 4 anos. O restante (15%) passa, em primeiro lugar, por um curso intensivo de português de aproximadamente 8 meses, que é oferecido por 20 universidades no Brasil, entre as quais a UFBA, com vistas à sua aprovação no exame Celpe-Bras. O artigo em foco analisa as experiências desses jovens africanos e caribenhos no seu processo de adaptação ao Brasil e de aprendizagem do português. Uma primeira parte do artigo é dedicada à descrição do curso de português da UFBA, cujas linhas mestras são: “aprender a partir da diversidade”, “aprender a aprender” e “aprender com base em experiências reais”. Nesse sentido, o curso não se pauta em livros, testes ou ensino de gramática e vocabulário, mas em projetos, visando, principalmente a que os estudantes desenvolvam suas próprias estratégias de aprendizagem. A segunda parte do artigo volta-se para entrevistas feitas pelo autor, que é também coordenador do curso,

com 25 estudantes de países da África e da diáspora africana (Gana, Namíbia, Jamaica e Kênia) que são originalmente falantes de inglês. Essas entrevistas foram registradas, transcritas e examinadas a partir dos métodos da Análise Crítica de Discurso e da análise psicossocial. Pautada no eixo língua, nacionalidade e raça, a análise empreendida por Gualda buscou identificar como tais estudantes percebem as questões de identidade e alteridade e como se integram à nova cultura, sem perder seu próprio senso de identidade. Em seguida, o autor apresenta e discute as respostas dadas pelos entrevistados às questões propostas. Entre outros aspectos, chama a atenção, por exemplo, o fato de que eles, vendo-se numa posição de relativo privilégio e por terem como referência o *Apartheid* da África do Sul, tendem a tomar o racismo no Brasil de forma mais branda, chegando mesmo a desculpá-lo. Aparece também, no conjunto de respostas analisadas, a imagem estereotipada do brasileiro cordial e prestativo, aspecto enfatizado por todos os estudantes participantes da pesquisa, o que, de certa forma, mostra-se incoerente com o medo que muitos dizem ter do crime e da violência tão presentes no cotidiano de nosso país.

Marie Madeleine Bertucci, no artigo intitulado “Mémoires de l’immigration. Proposition pour une étude sociolinguistique des parlens des jeunes des cités urbaines sensibles de la France contemporaine” examina dois *corpora*. O primeiro, formado por excertos de um estudo feito pela autora ao examinar respostas formuladas por alunos do ensino médio (*Lycée*) de duas escolas de formação profissional, ambas localizadas em Saint-Denis, município francês situado no departamento de Seine-Saint-Denis, na região da Île-de-France. Os alunos responderam à pergunta lançada no título de um programa de pesquisa do Ministério da Cultura e da Comunicação da França: *Mémoire de l’immigration: vers un processus de patrimonialisation?* O segundo *corpus* é formado por excertos retirados do livro *Ma part de Gaulois* (CHERFI, 2016). Tomando por base esses escritos, Bertucci tenta definir o que chama “processo de redução” que atinge comunidades formadas por migrantes. Assim, ela mostra como essas comunidades são estigmatizadas, segregadas e discriminadas, o que fatalmente contribuirá para a criação de territórios demarcados, situados na periferia, onde esses grupos se concentram, falam e vivem. Como é de se esperar, esse confinamento aberto acaba gerando situações não favoráveis aos habitantes. A autora não esconde seu receio de que tais discriminações/separações fatalmente irão gerar/

aumentar a marginalização e a exclusão dos migrantes que, no entanto, deveriam ser melhor integrados à vida francesa em geral.

O título “Deslocamento forçado e permanência vigiada, território e fronteira: metáforas de espaço na representação da situação de rua na *Folha de S. Paulo*”, do artigo de Viviane de Melo Resende, tem o poder de já enviar o leitor para o difícil tema que nele será apresentado. Trata-se dos resultados de um projeto de pesquisa, cujo objetivo maior foi o de identificar, no jornalismo *online*, mais especificamente na plataforma digital do jornal *Folha de S. Paulo* (folha.uol.com.br), durante um período de três anos, representações das ações e políticas públicas (APP) voltadas para a população em situação de rua (PSR). Como metodologia, a pesquisadora adotou a teoria dos estudos críticos do discurso e a análise interdiscursiva de políticas públicas. Pôde, assim, verificar as recorrências e padrões de representação metafórica das APP dirigidas à PSR nos textos jornalísticos estudados. Melo Resende tomou como foco especial as metáforas espaciais ali utilizadas, que lhe mostraram o porquê de tantas mudanças de grupos de PSR na cidade de São Paulo. Essas pessoas são obrigadas a se deslocarem de uma parte para outra da cidade por causa da perversa desculpa, vinda de órgãos poderosos, de que os locais onde habitam serão “revitalizados”, logo devem ser desocupados. Os verdadeiros sentidos de muitas APP são ocultados. O artigo em pauta é fruto de uma reflexão cuidadosa e válida sobre a desigualdade do/no país.

No artigo intitulado “Os enquadres discursivos do acontecimento migratório: narrativização, banalização e estigmatização”, Wander Emediato aborda o tema da imigração. Coloca-o, em primeiro lugar, sob o crivo da História, examinando a questão tanto no Brasil quanto na França e realizando, assim, um estudo comparativo, que é caro à Análise do Discurso Semiolinguística. Para tanto, conduz o leitor a uma viagem, por meio da qual ele pode assistir à chegada dos imigrantes europeus no Brasil, no século XIX. Emediato lembra, em uma crítica bem colocada, como o imaginário social da imigração no Brasil foi erroneamente assumido por narrativas históricas romantizadas e como, nos dias de hoje, uma nova narrativa – mais realista – se delineia. O autor ressalta dois pontos importantes ligados à questão das (i)migrações: a banalização do imigrante e a sua estigmatização no país que o acolhe. As mídias – tanto as brasileiras quanto as francesas – têm-se amparado no assunto, tratando-o algumas vezes de modo convergente, outras, de modo divergente. Por

exemplo, o problema da ameaça à identidade nacional ainda não é visto de forma tão exacerbada no Brasil como acontece na França. O artigo coloca o leitor face a face com a questão migratória – a do passado e a atual – ou seja, com o problema dos grandes deslocamento de grupos que são obrigados a buscar um novo país ou local de acolhida, suscitando as mais diversas reações ao ser tratados pelas mídias e pelas instituições do Estado.

Yeny Serrano é a autora do artigo “Les allusions au conflit armé dans les discours de campagne sur *Twitter* traitant du plébiscite pour la paix en Colombie”. Ela analisa discursos em que o povo colombiano, usando a plataforma *Twitter*, manifestou-se (sim/não) em referência ao plebiscito pela paz, proposto pelo governo da Colômbia em 2016. Segundo as análises de Serrano, o discurso do plebiscito acabou por se inscrever em uma continuidade própria dos discursos de guerra ou, no caso, do discurso advindo do confronto armado que ocorreu na Colômbia em luta contra as FARC. A autora explicita que os que disseram “sim” serviram-se da supracitada plataforma, principalmente para anunciar ou comentar os acontecimentos que envolveram a campanha. Ela lembra também que, após a assinatura do acordo de paz, a violência política e armada aumentou e só se acalmou nos últimos meses das negociações de paz. Mesmo se a proposta desse acordo foi aclamada internacionalmente, ela suscitou bastante controvérsias, ameaças, ataques e mesmo mortes na Colômbia. O artigo discorre também sobre a popularidade do *Twitter*, acessível a atores sociais das mais diferentes classes. De modo geral, o dispositivo foi aproveitado pelas duas facções, tanto por aqueles que queriam a paz como pelos que eram contrários a ela. A autora termina o artigo com uma crítica às mídias sociais que, segundo ela, não podem nem devem se colocar no mesmo patamar que os discursos jornalísticos, já que estes têm uma deontologia que é respeitada e regras que são seguidas.

Com o conjunto de artigos aqui apresentado, esperamos ter trazido ao leitor uma rápida visão de algumas maneiras de analisar discursos hoje nas universidades e centros de pesquisa do Brasil e do exterior. Agradecemos a nossa colega Heliana Mello, editora-chefe da *Revista de Estudos da Linguagem*, a oportunidade que nos foi dada com a publicação deste dossiê.

Referências

CHARAUDEAU, P. Por uma interdisciplinaridade “focalizada” nas ciências humanas e sociais. Trad. Renato de Mello e Renata Aiala de Mello. In: MACHADO, I. L.; COURA-SOBRINHO, J.; MENDES, E. *A transdisciplinaridade e a interdisciplinaridade em estudos da linguagem*. Belo Horizonte: NETII/FALE/UFMG, 2013. p. 17-52

CHAPOUTHIER, G. Jusqu’à la famille nous conditionne-t-elle ? *Sciences Humaines*, Lille, v. 264, p. 36-37, nov. 2014.

GRONDIN, J. *Paul Ricœur*. Paris: PUF, 2016. (Coll. Que sais-je?)

CLOCHARD, O. Les réfugiés dans le monde entre protection et illégalité. *EchoGéo*, [S.l.], v. 2, p. 1-8, sep./nov. 2007. Doi: <https://doi.org/10.4000/echogeo.1696>. Disponível em: <http://echogeo.revues.org/1696>. Acesso em: 15 out. 2019.

MAINGUENEAU, D. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2001.

MENEZES, W.; FLAUSINO, G. C.; MARQUES MENEZES, R. Discurso, identidade e memória na Região dos Inconfidentes: temas e objetos em Estudos da Linguagem. In: PAULA DOS SANTOS, S.; MENEZES, W. *Discurso, identidade, memória*. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2015. p. 15-34.

RICOEUR, Paul. *Temps et récit*. Paris: Seuil, 1983-1985. t. I, II et III.